

TERMINOLOGIAS EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

■ Lélia Mendes de Vasconcellos
Maria Cristina Fernandes de Mello

A natureza deste trabalho é reflexiva: propõe-se a uma agenda para debates, posto que temos consciência das nossas limitações, frente à amplitude da pesquisa necessária para a abordagem do tema e da impossibilidade de esgotá-lo no espaço aqui proposto. A variedade de terminologias aplicadas

às práticas urbanas evidencia um elenco de metáforas. Quais seriam essas? De onde surgiram?

A busca da compreensão dos significados no tempo nos reportou a Foucault. Segundo o autor, na França da segunda metade do século XVIII, o fenômeno da urbanização surgiu como suporte para a medicina social. Razões econômicas e políticas levaram à necessidade da unificação do poder urbano, coerente e dependente de um poder único e regulamentado (1979:86).

Lançou mão a classe burguesa de um modelo de “intervenção” urbana – termo esse metafórico – para atingir os objetivos de controle do espaço: o modelo médico e político da quarentena, o qual consistia num plano de urgência a ser aplicado quando a peste ou outra doença epidêmica violenta aparecesse. Os procedimentos adotados simultaneamente eram: confinamento, vigilância, registro centralizado, desinfecção e esquadramento – o que sugeria a origem da divisão em bairros.

A medicina urbana – expressão utilizada pelo referido autor – foi um aperfeiçoamento da quarentena, identificada em três grandes objetivos: (1) análise dos lugares de “amontoamento”, confusão e perigo – surgiu, em 1780, o cemitério com covas individualizadas; (2) o controle e o estabelecimento da circulação da água e do ar – o que veio a justificar a necessidade de abrir largas avenidas no espaço urbano, para “manter o bom estado de saúde da população”; (3) organização dos diferentes elementos necessários à vida comum da cidade (esgotos, fontes, *caves*, cemitérios).

O prefixo RE começa a ser empregado nas novas definições. - renovação, reabilitação, revitalização, regeneração etc - representando referências explícitas às preexistências. O RE é uma estratégia que considera (ou finge considerar) a inclusão do Tempo na análise do Espaço, sem contudo, explicitar um significado e uma metodologia para tal. Aparece aí o modismo oportunista, as imprecisões de definição e da própria metodologia a ser adotada.

■ Professoras da Escola de Arquitetura da
Universidade Federal Fluminense (UFF)
lemv@uol.com.br

As políticas médicas urbanas, no século XVIII, “põem a prática médica diretamente em contato com ciências extra-médicas, fundamentalmente a química.” (Ibid, 1979: 92). A medicina urbana não tratava dos corpos dos homens, mas das condições de vida e do meio de existência, surgindo o desenvolvimento da noção do meio – parece-nos estar aí a origem do conceito de meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à análise dos efeitos do meio sobre o organismo e, finalmente, à análise do próprio organismo. Foucault assinalou ainda a importância da noção de salubridade (Ibid: 92, 93).

Os procedimentos aplicados na medicina urbana serviram como instrumentos para as intervenções nas cidades desse tempo, consolidando-se no século XIX. Com o aumento da população, a palavra de ordem era a higienização: surgiram os primeiros planos de **renovação urbana**. O exemplo clássico foi o da reforma de Paris, realizada por Haussmann (1851-1870), que organizou a cidade em *arrondissements* (bairros). Foram abertas largas avenidas, estendendo-se os limites do território urbanizado e destruindo-se grande parte da estrutura preexistente. No Brasil, assim como outras capitais latino-americanas, exemplos semelhantes – guardadas as proporções de escala – são encontrados, como a reforma Passos no Rio de Janeiro (1903-1906), então capital do país.

Segundo Choay e Merlin (1988:580), a crítica desse modelo coloca-se no plano social, uma vez que ele desfaz o laço dos habitantes da área “renovada”, quando são removidos para outros lugares. Com relação à morfologia, rompe brutalmente as características do tecido urbano anterior e a relação de vizinhança. Essa atitude modelo é própria das idéias modernistas, como as implícitas na Carta de Atenas (CIAM, 1933) e reforçadas por Le Corbusier, 10 anos depois, influenciando várias gerações de urbanistas, as quais justificam a seleção de conjuntos arquitetônicos a serem conservados ou demolidos. Curiosamente, a Carta de Lisboa (outubro, 1995) define o conceito de **renovação** para ser aplicado em tecidos urbanos “degradados”, demolindo-se estruturas morfológicas e tipológicas, para substituí-las por tipologias arquitetônicas contemporâneas. Curiosamente ainda, essa definição está incluída ali como uma das técnicas utilizadas para **reabilitação urbana**.

Antes, porém, de discutir esse termo, é necessário retomar o período pós-guerra e refletir sobre as inovações ocorridas a partir da década de 1960. Após as reconstruções das cidades européias, o surgimento de novas capitais, construídas de acordo com os preceitos de Corbusier (Brasília, Chandigarh), a construção das *new towns* inglesas e tantos outros exemplos, passou-se a rever os paradigmas até então consagrados nos princípios ditados pelo urbanismo modernista.

A Carta de Veneza (1964) amplia o conceito de monumento histórico: esse não mais é restrito a exemplos isolados, mas estende-se a todo conjunto representativo, mesmo modesto, testemunho de evoluções, civilizações ou acontecimentos históricos. O *continuum* do tecido urbano aparece como espaços merecedores de valorização. A “era das demolições” começa a chegar ao fim. Surgem ações integradas e simultâneas, visando à retomada de atividades econômicas, a recuperação física dos imóveis e a fixação da população de origem no seu habitat. Embora nem sempre bem sucedida¹, essa atitude de reconhecimento das pré-existências traz um novo conceito, amplamente difundido até os dias de hoje. Surge, conseqüentemente, um elenco de termos com significados semelhantes: **valorização**, **revitalização** e até o termo anteriormente mencionado: **reabilitação**.

Esse último, no sentido de origem, significa o restabelecimento dos direitos. Na jurisprudência, é “a ação de recuperar a estima e a consideração” (CHOAY, 1988:573). Segundo DIAZ-BERRIO e ORIVE (1974:11), o termo **reabilitação** vinha se consolidando até configurar-se como um dos aspectos fundamentais da **conservação** e, no texto da Convenção da UNESCO de 1972, substituí praticamente o termo **restauração**, aplicado tanto em arquitetura como em urbanismo. CHOAY considera **reabilitação** uma operação mais avançada do que simples melhorias no habitat. Menos custosa que a **restauração**, supõe trabalhos delicados, que freqüentemente desencorajam as ações do poder público (CHOAY, 1988:573).

A Carta de Lisboa apresenta o conceito de **reabilitação** como estratégia de gestão urbana e induz à compreensão de seu significado como sinônimo de **requalificação**. A seguir, aproxima esse conceito da definição de **revitalização**. Tanto num como noutro caso, vem explícita a importância de trazer novas atividades econômicas e, com elas, “dar nova vida” às áreas “decadentes” da cidade.² Na redação dos dois artigos, a diferença é o fato de o primeiro exigir a manutenção da identidade e das características, enquanto que o segundo admite que esse mesmo procedimento pode ser adotado em zonas “com ou sem identidade”. Em nenhum momento, porém, parece haver uma preocupação de definir o significado de **identidade** – seria essa a qualidade de idêntico? Ou a “relação de igualdade válida para todos os valores das variáveis envolvidas”? (HOLANDA FERREIRA:738). Se for possível não encontrar identidades e características próprias de um lugar – como “dar nova vida” ao mesmo?

A Carta Italiana del Restauro (1972), nas instruções para tutela dos centros históricos, define, como uma das principais ações a **reestruturação urbanística**. Essa aborda especialmente as relações, sobretudo do ponto de

vista funcional, tecnológico e de uso, entre o território, a cidade e o “centro histórico”.

É possível localizar, nesse tempo, a origem dos planos de **estruturação** urbana. Tomando como exemplo o Rio de Janeiro, na década de 1980, esses planos atendiam a reivindicações das comunidades quanto às questões especulativas, de uso, proteção ambiental e cultural, envolvendo o sistema viário e planos de massa em uma escala de bairro.³

Em abril de 1998, ocorreu, no Rio de Janeiro, um evento realizado pelo *British Council*, denominado “Cidade 2000 – Regeneração Urbana para o Milênio”, com um seminário e uma exposição de um grupo de arquitetos britânicos. Os projetos expostos mostravam a produção recente desse país, constando de complexos arquitetônicos e *design* de interiores, sempre colocando como uma nova forma de recuperar ou “revitalizar” setores “deteriorados” nos centros urbanos. Ao ser perguntado a um dos arquitetos desse grupo qual seria o significado da palavra **regeneração** e qual a diferença dessa para a **revitalização**, ele respondeu não ter uma definição precisa sobre o seu significado, acreditando que isso não passava de mais um modismo. Esse termo também foi utilizado na reconstrução das docas de Londres, onde grandes complexos arquitetônicos foram edificadas ao longo da década de 1980, sem nenhuma preocupação de continuidade com o tecido urbano remanescente.

Vimos que a arquitetura estende-se da tradicional obra isolada ao ambiente urbano, aberto, crescente e jamais completo. A discussão do ecossistema atinge, na década de 1990, a questão do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (Carta do Rio, 1992), buscando-se uma coesão de conceitos universais relativos ao sistema ambiental. Essa compreensão rompe fronteiras territoriais e elabora definições precisas, relativas à **preservação** e à **conservação**.

A **preservação** é uma ação global voltada para a proteção de um bem cultural na sua totalidade, contra qualquer dano ou degradação, através de instrumentos legais. No vocabulário do meio ambiente, a **conservação** é a utilização racional de um bem, garantindo sua exploração econômica. Esse é um conceito cuja origem se reporta às definições relativas ao patrimônio histórico. A **conservação**, no que se refere ao patrimônio, é um termo abrangente para definir tipos de medidas destinadas a manter ou restabelecer a “saúde” física de edifícios. Existem vários graus de intervenção conservativa, o mais leve é a **manutenção preventiva** e o mais sofisticado é a **restauração**.⁴

A **restauração** é uma operação de caráter excepcional, aplicada somente em edifícios ou conjuntos particularmente prestigiados. Obedece a rigorosos preceitos que visam a “... colocar a obra em eficiência, facilitar sua leitura e

transmiti-la integralmente ao futuro...” (*Carta Italiana del Restauro* 1972). Na Carta de Lisboa, dois graves equívocos contradizem procedimentos e instruções anteriormente estabelecidos. Quando admite “reposição da totalidade”, isso implica a criação de um falso histórico e, ainda, quando seleciona “partes correspondentes aos momentos mais significativos de sua história”, desconsidera, a priori, que toda a duração de uma obra é a sua história.⁵

Ao refletir sobre os significados da terminologia analisada, é possível delinear algumas considerações.

Em primeiro lugar, é mister recuperar as hipóteses apontadas por Foucault, no início deste trabalho, sobre a medicina urbana. Os procedimentos utilizados, na prática do urbanismo, obedecem à mesma seqüência do tratamento terapêutico então proposto: o isolamento (confinamento), ou seja, o recorte do objeto de estudo, a anamnese (história), a observação, o exame e a análise dos dados, o diagnóstico e, finalmente, a aplicação do “remédio” ou terapia. Segundo SANTOS (1988:31), “É nesse período que se dá a evolução modelarmente bem sucedida da medicina, alçada de parente maldita das feitiçarias, a saber legitimado, conforme demonstram Foucault (1972) e Illich (1987) [...] Registre-se uma verdadeira ‘corrida do ouro’ científico...” A observação do autor corrobora a hipótese de que o método científico postulado pela medicina serve como paradigma para outros campos do conhecimento que se pretendem reconhecer como ciência, tais como o urbanismo e a restauração do patrimônio.

Croce (In: ABBAGNANO, 1988:55) chama de anamnese o processo de conhecimento histórico e das fontes da história, uma chamada à recordação.

Quando a **renovação urbana** abre espaço para a **reabilitação** (**revitalização regeneração** etc.), as práticas urbanísticas, seguindo o método científico, incorporam essa análise inicial (anamnese), reconhecendo o valor da história na cidade e do homem como ser cultural, reconhecimentos até então considerados desnecessários pelas ações das “terras arrasadas”.

Essa prática passa a ser identificada nas próprias terminologias que apontam para “voltar a” – refazer uma relação temporal. O prefixo **re** começa a ser empregado nas novas definições, representando referências explícitas às preexistências. O **re** é uma estratégia que considera (ou finge considerar) a inclusão do Tempo na análise do Espaço, sem, contudo, explicitar um significado e uma metodologia para tal. Aparece aí o modismo oportunista, as imprecisões de definição e da própria metodologia a ser adotada. Misturam-se os conceitos, pois esses foram transportados de um campo de conhecimento para outro.

Concomitantemente, o poder público e as classes dominantes colaboram para essa confusão, legitimando

novos termos, para manter o privilégio de definir que culturas devem ser selecionadas e valorizadas.

Afinal, qual é a cultura que vale mais?

Notas

¹ Não é preciso lembrar que grandes obras viárias ocorrem entre as décadas de 1950 a 1970, em várias cidades, cuja atitude foi semelhante à dos planos de renovação, ou seja, a destruição da morfologia urbana existente com remoção dos moradores.

² Carta de Lisboa: "(b) **reabilitação urbana** - é uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito. (c) **revitalização urbana** - engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas."

³ PEU - Plano de Restruturação Urbana, Rio de Janeiro.

⁴ Na Carta de Veneza (1964), encontramos uma definição com significado amplo: "A conservação implica em uma atividade permanente"(art.4) e "a restauração é uma operação excepcional" (art.9), sendo a restauração um caso limite de conservação (DÍAZ BERRIO y ORIVE,1974). **Salvaguarda** é qualquer providência conservativa que não implique a intervenção direta sobre a obra, portanto bastante semelhante ao conceito de preservação.

⁵ São proibidas remoções ou demolições que cancelem a passagem da obra através do tempo, salvo limitadas alterações deturpantes (Carta del Restauo 1972, art 6, item 2)

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola 1982 **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: editora Mestre Jou

BERRIO, Salvador Díaz y ORIVE B., Olga 1974. **Terminologia general en materia de conservacion del Patrimônio Cultural Prehispanico**. Mimeo. Roma: ICCROM

BRANDI, Cesare 1981 **Teoria del Restauro**. Torino, Einaudi.

Carta da Reabilitação Urbana **Integrada**. 1995. Lisboa,

CESCHI, Carlo 1970 **Teoria e storia del Restauro**. Roma: Buizoni.

CHOAY, Françoise 1992 **L'allégorie du Patrimoine**. Paris: Seuil

CHOAY, Françoise e MERLIN, Pierre 1988 **Dictionnaire de L'urbanisme et L'Aménagement**. Paris: Presses Universitaires de France

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

FOUCAULT, Michel 1977 **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal

GUATTARI, Felix 1992 "Restauração da Cidade Subjetiva" in **Caosmose**. Rio de Janeiro: Editora 34

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia 1995 **Centro Histórico de Salvador, programa de recuperação**. Salvador

CURY, Isabelle (coord) 1995 **Cartas Patrimoniais** Brasília: IPHAN/MINC

NEVES, Estela e TOSTES, André 1992 **Meio Ambiente, a Lei em suas mãos**. Petrópolis: Vozes

PORTAS, Nuno 1996 "Urbanismo e Sociedade: Construindo o Futuro", in VASCONCELLOS E.M. e MACHADO, D.P (org.) **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: PROURB FAU/UFRJ

SANTOS, Carlos Nelson F. dos 1988 **A Cidade como um Jogo de Cartas**. São Paulo: EDUFF/Projeto ed.